



VALIM, Patrícia; Avelar, ALEXANDRE de Sá; BEVERNAGE, Berber.

**Negacionismo: história, historiografia e perspectivas de pesquisa.** Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 41, no 87, 2021.

## MULHERES CAMPONESAS E AS PRÁTICAS EDUCATIVAS DAS CEBs NA PARAÍBA DOS ANOS 1970

Jadson Pereira Vieira<sup>11</sup>

Programa de Pós-graduação em História da UFRN – PPGH/UFRN  
jadsonpv@gmail.com

**Resumo:** Este artigo propõe-se a problematizar a atuação das mulheres nos movimentos camponeses da Paraíba dos anos 1970. Como lócus de análise exemplificarei os movimentos de reforma agrária acontecidos nos Espaços Planalto da Borborema na Paraíba nos anos de 1970. Pensando as práticas educativas das mulheres que trouxeram para si o protagonismo e liderança junto às demandas sociais de reforma agrária e luta pela terra usando como base se sua atuação o capital cultural absorvido dos ensinamentos das Comunidades Eclesiais de Base - CEBS. O objetivo deste texto é visibilizar mulheres camponesa para a História e apresentar os primeiros passos da pesquisa de doutoramento que venho desenvolvendo junto ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte PPGH/UFRN. Teoricamente parto dos embasamentos de Rosa (2013) e Rego (2013) para pensar uma escrita da história a partir da perspectiva do feminino e Gonh (2010) e Bourdieu (2007) para refletir como a luta destas também representou demandas sociais pelo trabalho e construção de capital cultural dentro dos movimentos sociais.

**Palavras-Chave:** Mulheres; Práticas Educativas, Luta pela Terra; Movimentos Sociais.

### Introdução

Venha, venha vou tirar sua boiada...  
Seu Vicente venha logo receber  
É bem pouquim, é dez cabeça, é quase nada  
Tem muita gente, mas não bole com você  
Venha seu Vicente, receber o seu gado.  
Que o povo quer trabalhar lá no cercado [...]

<sup>11</sup> Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – PPGH/UFRN. Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba. Professor das redes Estadual da Paraíba e Municipal de Lagoa Seca – PB.



(Beatriz Pedro da Costa)<sup>12</sup>

Na poética de uma canção e no protagonismo de Beatriz Pedro da Costa (*In Memoriam*), líder camponesa que lutou por direitos à terra na Paraíba, surgem inquietações que me fazem olhar para a história dos movimentos sociais do campo e construir novas questões. Neste sentido, acredito ser preciso ressaltar que tais movimentos tiveram caráter educativo fundamental para a construção de saberes emancipatórios em seus (e suas) partícipes. Deles surgiram práticas educativas e ações dialógicas, como disse Freire (1987), essenciais para entender a libertação daqueles que por muito foram (ou são) representados como “oprimidos”.

Ao ler Hall (2016), quando apresenta o conceito de *representação* dentro das relações culturais edificadas pelos sujeitos históricos, vejo aproximações ao caráter educativo dos movimentos. Para ele, “representação é uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre membros de uma cultura” (HALL, 2016, p. 31). Neste sentido, linguagens, signos e imagens foram e são construídas pelos(as) que de alguma maneira participaram destes processos.

Adentrando as narrativas deste campo da História, por que não problematizar as mulheres como protagonistas de narrativas possíveis? Neste sentido, Scott (1995) e Paulilo (2004) apresentam a possibilidade de uma “reescrita da História” sob o olhar e centralidade do feminino.

O surgimento de vários movimentos de mulheres agricultoras no Brasil colocou em xeque a visão corrente de ‘vítimas’ que se tinha sobre elas, na medida em que estão se impondo como ‘atoras’. Neste momento, porém, os movimentos feministas estão mais voltados para questões de reconhecimento, de identidade, de redistribuição de renda, propriedades e, o que nos interessa mais, terra (PAULILO, 2004, p. 229).

Entre a narrativa clássica de uma “história masculina” e a promoção de uma reescrita da “história das mulheres”, surgem possibilidades de inserções e releituras do passado, pois, como é sabido, “há lugares para a História que permitem confrontar o

<sup>12</sup> Canção parodiada e entoada pela líder Beatriz Pedro da Costa. Entrevista concedida em áudio no ano de 2014 pela colaboradora ao pesquisador sobre sua trajetória como militante.



passado e o presente interrogando de outra forma os documentos e os acontecimentos, buscando articular o que desaparece e o que aparece” (FARGE, 2011, p. 09).

Na seara de discussões sobre a mulher na História e as possibilidades de narrativas, busco pensar uma escrita que dialogue com estes espaços de narrativa, lançando olhares para a fluidez da resistência das mulheres camponesas frente às opressões que abrangem o campo político (gênero, raça e classe) evidenciado em um período bem específico de nossa história, a ditadura militar.

O eixo norteador dessa pesquisa é, portanto, problematizar como as mulheres camponesas dos municípios de Alagoa Nova, Lagoa Seca e São Sebastião de Lagoa de Roça, localizadas no Planalto da Borborema<sup>13</sup>, na Paraíba, representou a resistência política pelas variantes de classe, raça e de gênero durante a ditadura militar dos anos de 1970 a 1985.

A pesquisa enunciada neste artigo encontra-se em andamento e nestes escritos descrevo as primeiras impressões e caminhos percorridos. Espero contribuir para o entendimento de caminhos a serem percorridos por outros pesquisadores.

### **“Caminhando e pesando”: Por uma reescrita feminina da história**

As memórias apresentam singularidades que as tornam emblemáticas. Quando um pesquisador se propõe a estudá-las, ele está se utilizando de subjetividades para a construção de uma narrativa. Tais subjetividades têm um caráter coletivo, pois é partilhada por um dado grupo; mas também é individual, uma vez que cada indivíduo formula suas próprias memórias. As contribuições e seus estudos tomam corpo a partir dos ensinamentos propostos pelo sociólogo francês Halbwachs (2006) na obra “A Memória Coletiva”, que lança olhares sobre as possibilidades de narrativa dentro do conhecimento humano, abertas pelo estudo das memórias.

As possibilidades trazidas pela memória coletiva fazem dela um recurso importante quando se trata de uma construção narrativa que busca visibilizar agentes sujeitos históricos que por muito tempo ficaram à margem da história. Ela também serve

<sup>13</sup> Planalto da Borborema é uma região serrana no interior do Nordeste. O local também é conhecido como Serra da Borborema, Planalto Nordestino, e abrange os estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Disponível em: <<https://escolaeducacao.com.br/planalto-da-borborema/>>. Acesso em: 26 jul. 2021.



para problematizar o campo da História, pois, ao olhar para as contribuições das narrativas políticas dentro de acontecimentos do passado, dialogam eminentemente com o presente.

As memórias são muito utilizadas para evocar coletividades em torno de pautas de reivindicações, demandas e sensibilizações coletivas. Catroga (2001) reforça tais pensamentos quando reafirma o caráter político das lembranças dos indivíduos. Para o autor, estas são sempre construídas por disputas e conflitos ideológicos que estabelecem o diálogo entre interesses individuais e coletivos que se põem em uma narrativa oral ou até mesmo escrita.

A memória individual é formada pela coexistência, tensional e nem sempre pacífica, de várias memórias (pessoais, grupais, regionais, nacionais etc.) em permanente construção devido à incessante mudança do presente em passado e às conseqüentes alterações ocorridas no campo das representações do pretérito (CATROGA, 2001, p. 16).

Posso evidenciar que lembranças trazem consigo um caráter educativo, pois as memórias são marcadas por saberes adquiridos no decorrer da vida, lembranças formadas por vivências e experiências subjetivas e ancoradas no passado, marcas que moldam a escrita de si dos sujeitos na história, não distante a uma prática educativa que não se enquadra na formalidade educacional. Estudar esta categoria perpassa a percepção gigantesca do que é educar. Aqui, concordo com Oliveira (2012), a educação se constitui dos sentidos, das ações e cuidados do corpo, ela é sempre inerente aos sujeitos. E, sendo assim, as narrativas de memórias são sempre práticas educativas.

Para esta pesquisa, pretendo pensar os espaços e os sujeitos históricos que se identificam com a luta pela terra, em uma relação dialógica, em que quem é produto, também produz. Assim, as lideranças femininas que são ou foram moradoras das comunidades rurais produzem um protagonismo político (enovelado a gênero, raça e classe) frente às tensões existentes.

Os espaços históricos se constituem graças ao tempo, que nos permite percorrê-los e compreendê-los, seja do ponto de vista político ou econômico. Mesmo quando a força metafórica das imagens temporais tem origem nas noções espaciais, as questões espaciais e temporais permanecem entrelaçadas (KOSELLECK, 2014, p. 08).



Se os espaços históricos se aproximam das nuances políticas que o fazem existir como ação humana na temporalidade, a narrativa, por sua vez, assume o papel de tornar o tempo da natureza em tempo humano, como disse Ricoeur (1994), e assim construir um sentido para as coisas.

O mundo exibido por qualquer obra narrativa é sempre um mundo temporal. Ou, como será frequentemente repetido nesta obra: o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo: em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal (RICOEUR, 1993, p. 13).

Pelos pressupostos apresentados, a narrativa dos ensinamentos que as CEBs, por exemplo, constituíram dentro dos movimentos sociais do campo, foram um dos espaços para a construção de uma prática educacional (GOHN, 2010a) e, quando problematizada, a formação educativa dentro dos movimentos sociais produzia sentidos.

Inicialmente busquei nomear de não formal o processo educativo que trata da aprendizagem no interior dos movimentos sociais, tentando diferenciá-lo, não apenas da educação formal – escolar –, mas também da educação popular relacionada com os processos de alfabetização de adultos, sob modalidades alternativas (GOHN, 2010a, p. 10).

É evidente que as práticas educativas que se formam dentro dos movimentos vão além das formalidades apresentadas na sala de aula, pois a própria conjuntura de formação política destes ambientes é diferenciada. Nesse panorama, é preciso entender a pluralidade de um movimento social<sup>14</sup> para então começar a traçar as diversas formas de resistência e a própria constituição de práticas educativas que ocorrem nele.

É importante destacar que nas décadas de 1970 e 1980 os movimentos sociais estavam passando por transformações que os ligavam às novas conjunturas e demandas que surgiam naquele momento. Entretanto, é necessário problematizar que as lideranças do período agiram segundo as demandas de sua época, mas também continuaram atuando em pautas mais atuais, observação constatada na análise das fontes acessadas até o momento.

<sup>14</sup> Resumidamente, podemos dizer que a respeito dos movimentos sociais temos as seguintes correntes: a histórico-estrutural, culturalista-identitária e a institucional/organizacional-comportamentalista (GOHN, 2008).



No período dos anos 1970 e 1980, a presença dos movimentos sociais, para os quais se voltavam os olhares, caracterizou-se pelos movimentos populares e de trabalhadores e apontava-se para a emergência dos novos movimentos (de gênero, étnicos, ambientalistas, entre outros) (MUTZENBERG, 2011, p. 03).

Um movimento social forma-se a partir de elementos comuns a suas bases, pelo menos quando se fala dos movimentos sociais ditos “clássicos”, que se fortaleceram no Brasil em meados da década de 1970. Para Gohn (1997), é preciso haver demandas sociais e repertórios de ação coletiva que localizem as carências sociais e políticas de um grupo. Ademais, faz-se necessárias utopias e repertórios para fomentar pautas de luta a serem abraçadas, além de ideologias e força social para que as ações se tornem concretas.

Outro ponto a ser problematizado neste projeto está no entremeio das comunidades Eclesiais de Base (CEBs), movimento que se constituiu como um importante elemento para as formações políticas e identitárias das mulheres e homens e do campo nas décadas de 1970 e 1980, que dentro deste, consolidaram táticas, burlas e resistências aos poderes que se constituíam naquele momento histórico (ditadura militar).

Denomino (...) tática um cálculo que não pode contar com um próprio, nem, portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o outro. Ela aí se insinua, fragmentalmente, sem aprendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância (...). Muitas práticas cotidianas (falar, ler, circular, fazer compras, ou preparar refeições etc.) são do tipo tático. E, também de modo geral, uma grande parte das maneiras de fazer: vitórias do “fraco” sobre o mais “forte” (CERTEAU, 1998, p. 46-47).

Ao traçar um paralelo entre as táticas dos que participaram dos movimentos liderados pelas CEBs e a inserção das mulheres camponesas como protagonistas no mundo, sobretudo pelo que protagonizaram em tais movimentos, temos uma relação possível para análise. Elas vivenciaram intensas lutas, que, por vezes, se consolidaram em burlas no sentido que tinham que dialogar com a rejeição por serem “mulheres”, “pobres” e “camponesas”. Construíram e evocaram para si elementos de um protagonismo necessário e por muito passaram a ser reconhecidas como líderes de movimentos.

Nos movimentos que colocam a luta de classes em primeiro lugar, o modelo de participação política é machista. O discurso da igualdade de



gênero é consenso, mas não se discute quão desigual é essa igualdade, na medida em que se cobra das mulheres um comportamento masculino e elas acabam por incorporá-lo, sentindo-se culpadas quando não conseguem segui-lo à risca (PAULILO, 2004, p. 240).

Uma análise se faz necessária quando se questiona as diversas narrativas que colocaram a mulher no papel de coadjuvante na história dos movimentos sociais do campo. É neste sentido que esta pesquisa vem a construir uma tese sobre a forma como os discursos dos homens e mulheres dos movimentos sociais do campo construíram uma relação de gênero, raça e classe.

Pressupostos ligados às identidades dos sujeitos são trazidos para esta discussão, pois, segundo Hall (2006), identificações tornam-se, na chamada pós-modernidade, uma “celebração do móvel”, formam-se e transformam-se, pois, a partir de definições historicamente definidas.

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2006, p. 13).

O gênero em suas relações é a categoria que pretendo problematizar com maior ênfase no transcorrer desta pesquisa, já que para além das demais categorias, esta se torna o epicentro das ações e protagonismos das práticas políticas das mulheres nesses movimentos. Comungando, para isso, com as ideias de Scott (1995) e Pedro (2005) quando trazem a categoria gênero para uma análise histórica passível. Para as autoras, os indivíduos que pensam a relação binária que se constrói entre o homem e a mulher trazem para o debate a existência de relações de poder que envolvem os discursos entre e sobre os sexos.

Para o feminismo, a palavra “gênero” passou a ser usada no interior dos debates que se travaram dentro do próprio movimento, que buscava uma explicação para a subordinação das mulheres. Mas para mostrar como a palavra foi usada, é interessante narrar um pouco da trajetória dos movimentos feministas e de mulheres (PEDRO, 2005, p. 79).



Nos movimentos sociais do campo, promovidos pelas CEBs, práticas discursivas se consolidaram sobre “o lugar” que as mulheres deveriam ocupar dentro dos mesmos, mesmo sabendo que transgressões e resistências aconteciam, segundo apontam as fontes. Aqui, vale outra reflexão: “os regimes de verdade” se tornam evidentes e se edificam nos dizeres dos que participavam. Faço um paralelo com Foucault (2002), ao analisar que o sujeito do conhecimento é detentor de uma história e que esta é baseada em uma “verdade” estabelecida a partir da linguagem e na convenção social, que me ajuda a compreender como os discursos e lugares destinados à mulher foram construídos e ao mesmo tempo burlados pelos que viam em muitas delas líderes das comunidades.

As escritas de si se fazem presentes na consolidação desta historicidade. Os protagonismos das lideranças femininas dos movimentos de resistência camponesa nas cidades citadas surgem, sobretudo, de uma autoafirmação edificada das memórias que tem de si, dos modos de pensar e se projetar no mundo, nas falas e nos atos e comportamentos em casa e fora dela.

Tomar a escrita de si como um caminho para o conhecimento, numa perspectiva hermenêutica, não se reduz a uma tarefa técnica ou mecânica. O pensar em si, falar de si e escrever sobre si emergem em um contexto intelectual de valorização da subjetividade e das experiências privadas. Neste sentido, o conceito de “si mesmo” é, como todo conceito, uma proposta organizadora de determinado princípio de racionalidade (SOUZA, 2008, p. 46).

Falar de si como um protagonismo político torna-se ferramenta de luta para a dissolução de preconceitos nas narrativas das líderes camponesas. A menção ao “ser mulher”, “pobre”, “negra” e “camponesa”, por exemplo, aparece com recorrência nas suas falas. Estes elementos de tensão que são transgredidos de uma afirmação identitária monolítica e misógina para uma multiplicidade de ações afirmativas dentro dos contextos das lutas, tornam-se elementos de tensão que são passíveis de uma leitura a partir das relações de gênero.

Levanto a hipótese de que as narrativas das mulheres que participaram destes movimentos foram construídas, sobretudo, para resistir, burlar e promover afirmações de gênero, raça e classe que possibilitaram, num olhar mais amplo, conquistas a todos, mas





também significaram a afirmação das mulheres como protagonistas de lutas que partiam do local, mas se ampliaram para um contexto nacional à época.

A escrita de si promovida dentro dos movimentos não é aquela dos livros. Não é a das correspondências trocadas e muito menos a de artigos jornalísticos impressos em periódicos de circulação. Falo de uma escrita construída na e pela oralidade. São os conhecimentos revelados nas memórias e nos relatos dos que lembram e reelaboram as ações destas mulheres nos movimentos.

A escrita de si é entendida como um cuidado de si, é também como abertura para o outro, como trabalho sobre o próprio eu em um contexto relacional, tendo em vista reconstruir uma ética do eu. Portanto, mostra até a “escrita de si” dos antigos opõe-se à confissão, modo discursivo-coercitivo de relação com a verdade que se define desde o cristianismo e que se acentua na modernidade (RAGO, 2013, p. 50).

Os diálogos entre os aportes teóricos mencionados neste corpo textual e uma busca contínua por um corpo documental são bases de uma pesquisa que se realizará nos próximos quatro anos, evidenciando tais protagonistas na História, narrando os múltiplos textos dos que participaram das lutas por direitos e tendo sensibilidade para ver neles sujeitos de uma escrita possível.

A cultura histórica que se construiu no interior dos movimentos sociais do campo é parte de um contexto mais amplo que angariava demandas políticas que à época eram nacionais: a luta pela posse da terra, as práticas educativas construídas entre os participantes dos movimentos e as lutas de classe que se construíam em resistência às estratégias de poder estabelecidas.

Como efeito de um olhar historiográfico, observo que tais demandas sociais podem ser ampliadas e problematizadas, com elementos que talvez não fossem tão latentes nos personagens à época, mas que existiam de alguma forma e que ganham corpo nas narrativas das lideranças com o passar dos anos. Assim, outra reflexão teórica necessária é a da cultura histórica.

Com efeito, a opção por cultura histórica busca traduzir o circuito da qualificação profissional necessária à operação histórica: a formação teórico-metodológica, a análise das experiências históricas e culturais e as formas de recepção dos conhecimentos produzidos. Entendeu-se, também, que é necessário explorar um campo de pesquisas inovador no



que se vem designando como cultura histórica, tanto no que concerne aos saberes históricos escolares (formação do historiador e ensino de história) quanto na produção e difusão de uma tradição escrita e midiática à margem da ciência histórica propriamente dita, mas com notável disseminação na contemporaneidade. Dessa forma, ao se reconhecer que a cultura histórica não está exclusivamente presa ao ofício do historiador, é necessário que se aprofundem as pesquisas para a própria existência da comunidade de historiadores. Portanto, mostra-se relevante o fato de que, numa definição preliminar de cultura histórica, tenham-se, como campo de suas reflexões, as perspectivas das regionalidades e o ensino de história e dos saberes históricos (FLORES, 2007, p. 03).

A cultura histórica dos movimentos sociais do campo é hoje consequência das ações e protagonismos desenvolvidos ao longo das décadas pelos(as) agentes deles participantes. As lideranças femininas destes movimentos, hoje em suas memórias, trazem muito do que foi construído ao longo dos tempos e as demandas que foram surgindo e sendo reformuladas. Cabe a mim, no exercício da escrita, dar voz a estas narrativas e contribuir para a edificação de uma narrativa histórica que se aproxime dos anseios sócio-históricos existentes.

### **Caminhos metodológicos possíveis**

Para a abordagem metodológica desta pesquisa, trarei elementos para a inserção da história oral de vida como requisito para o estudo das práticas educativas desenvolvidas pelas participantes das CEBs. Feitas com o propósito de registro, tornam-se fonte oral “[...] e ao materializarmos em documento escrito, porém, a história oral ganha objetividade de qualquer documento gráfico ou de análise historiográfica” (MEIHY, 1996, p. 24). A história oral de vida se enquadra em seu papel de “reconstrução” dos valores e memórias sociais de tais sujeitos históricos contidos em seus relatos, como descreve Freitas (2006).

Após o processo de transcrição das entrevistas, farei uma decomposição temática em todas as narrativas de modo a consolidar elementos que sejam relevantes na tessitura do texto da pesquisa. As entrevistas semiestruturadas que possuo, obtidas em outros processos de pesquisa, apontam caminhos e percursos conceituais que já comecei a traçar neste projeto. A interseccionalidade das categorias gênero, raça e classe, como descreveu



Akotirene (2018), são elementos presentes em várias falas e trazem um tom para a narrativa que pretendo construir.

As falas destas mulheres devem ser elementos presentes em uma constância nesta pesquisa. Afinal, (elas) “não são passadas sob o silêncio, mas passadas sob o revestimento diligente da escritura historiadora” (FARGE, 2019, p. 61).

Ainda na dimensão de oralidade, penso na importância das experiências de vida desses sujeitos que levantaram bandeiras de luta, as quais vêm a ser lembradas no que Bosi (2009) denomina de memórias de velhos. As que hoje estão vivas são idosas e ainda continuam ativas dentro de suas comunidades.

Há aculturação que sem os velhos, a educação dos adultos não alcança plenitude: o reaver do que se perdeu de histórias, tradições, o reviver dos que já partiram e participam então de nossas conversas e esperanças; enfim, o poder que os velhos têm de tornar presentes na família os que se ausentaram, pois deles ainda ficou alguma coisa em nosso hábito de sorrir, de andar e de agir (BOSI, 2009, p. 74).

Ampliei os procedimentos metodológicos ao analisar fontes como documentos oficiais e pessoais da época, entrevistas, manuais das CEBs (livro “O Povo que Canta”) e imagens para confrontar com as entrevistas, realizando crítica externa e interna de todas, ao modo que salienta Prost (2008), para a construção da narrativa histórica. Neste sentido, a busca por uma narrativa que problematize os lugares de verdade, estabelecidos nas relações sociais que se constroem, são pertinentes para esta análise do *corpus* documental.

Desde já, é oportuno ressaltar que a ampliação documental – ou a crescente multidiversificação das fontes históricas – foi uma conquista gradual dos historiadores. Verificou-se, mais intensamente, à medida que a historiografia expandia seus limites no decorrer do século XX. O historiador moderno, contribuindo para uma incessante renovação de o seu próprio saber, adotaria no mundo contemporâneo novas perspectivas, passaria a dispor de novos métodos e a contar com o diálogo e intercuro de outras disciplinas como a Geografia, a Linguística e a Psicologia – apenas para mencionar três campos relacionados aos exemplos antes expostos: a paisagem, a palavra e o gesto (BARROS, 2019, p. 06).

No caso específico do manual das CEBs (livro “O Povo que Canta”), cuja cópia do documento tenho em mãos, pretendo fazer uma análise detalhada das canções. Elas eram entoadas nas reuniões que as mulheres organizavam nas comunidades e tinham um



caráter pedagógico de formação para os movimentos do campo. Algo que não era comum em publicações religiosas não ligadas às pastorais da terra. Tal análise possibilitará fazer uma discussão propositiva e instigante para a pesquisa.

Outros aportes documentais serão pesquisados nos arquivos da Igreja Católica (livro de tomo da Diocese de Campina Grande, arquivos das pastorais nas cidades citadas): fontes iconográficas, relatos jornalísticos e cartilhas, e relatório da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba. A memória desses agentes históricos a partir de documentação oral colhida por meio de gravações eletrônicas das entrevistas até aqui feitas e as que serão realizadas *a posteriori*.

Com o livro “O Povo que Canta” poderei traçar uma relação com agentes históricos da Igreja Católica pensando seus apoios para as lutas pela terra e contra a perseguição imposta pelo regime militar, bem como refletir como estes participaram ativamente dos movimentos sociais no campo, no estado da Paraíba.

Dom Hélder Câmara, Dom José Maria Pires e alguns padres da Congregação Redentorista<sup>15</sup> e personalidades como a advogada Tereza Braga<sup>16</sup>, pensados como apoiadores dos movimentos e suas ligações com as mulheres líderes do Engenho Geraldo, os moradores líderes de Cachoeira de Pedra D’Água, Engenho Queira-Deus, de Alagoa Nova-PB, as lideranças do movimento do Jucá do Cumbe, em Lagoa Seca-PB, Camucá, em São Sebastião de Lagoa de Roça-PB, e tantas outras que atuaram no campo em diversos movimentos rurais que existiram na região e que são descritos por Moreira (1997).

Sobre as etapas desta pesquisa, partirei inicialmente para uma revisão bibliográfica, paralela à busca por mais fontes, procurando aprofundar conhecimentos sobre categorias teóricas que enfatizam estudos do protagonismo e a resistência das mulheres camponesas, refletindo como homens e mulheres representaram a resistência política durante a ditadura militar dos anos de 1970 a 1985.

<sup>15</sup> A Congregação Cristã Católica, fundada em 1737, chegou à Paraíba em 1975, onde fundou em Campina Grande a Escola Técnica Redentorista (ETER). Durante as décadas de 1970 e 1980, desenvolveu trabalho social junto às comunidades rurais do Planalto da Borborema. Disponível em: <<http://www.redentorista.org.br/index.php/eter/institucional/historia.html>>. Acesso em: 09 out. 2014.

<sup>16</sup> A advogada Tereza Braga foi ativa representante da Comissão Justiça e Paz da Diocese de Campina Grande nas décadas de 1970 e 1980.



Por último, elaborarei o produto final – a tese –, para que seja amplamente utilizada pelos que se interessarem pela temática em pesquisas futuras e também por agentes históricos que, a meu ver, têm o direito de serem visibilizados na história. A tese também servirá como forma de registro dos acontecimentos para que esses movimentos não sejam esquecidos.

Para construção desta pesquisa também organizarei um cronograma de atividades baseado em 48 meses para que me possibilite ter um eixo de direção espaço-temporal que me ajudará na conclusão do trabalho em tempo hábil. Esta cronologia não é estanque e poderá ser adaptada às necessidades e demandas que venham a surgir no transcorrer da pesquisa.

## Referências

ALBURQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 28, p. 111-120, 1995.

AKOTIRENE, Carla. **O que é Interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BARROS, José D'Assunção. Fontes Históricas: uma introdução aos seus usos historiográficos. Encontro Internacional História & Parcerias, 2, Rio de Janeiro, 2019. **Anais...** Disponível em: <[https://www.historiaeparcerias2019.rj.anpuh.org/resources/anais/11/hep2019/1569693608\\_ARQUIVO\\_bd3da9a036a806b478945059af9aa52e.pdf](https://www.historiaeparcerias2019.rj.anpuh.org/resources/anais/11/hep2019/1569693608_ARQUIVO_bd3da9a036a806b478945059af9aa52e.pdf)>. Acesso em: 13 nov. 2021.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças dos velhos**. 15. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra: Quareto, 2001.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: as artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.

FARGE, Arlete. **Lugares para a História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.



FLORES, Élio Chaves. Dos feitos e dos ditos: História e Cultura Histórica. **Saeculum**, João Pessoa, v. 16, p. 83-102, 2007. Disponível em:

<<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/11374/6488>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Guerra e Paz, 1987.

FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral**: possibilidade e procedimentos. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos**: Ética, Sexualidade e Política. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2010a.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal. In: \_\_\_\_\_. **Educação não formal e o educador social**: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010b.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola. 1997.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Apicuri, 2016.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre História. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC- Rio, 2014.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.



MOREIRA, Emília. **Por um pedaço de chão**. João Pessoa: Ed. UFPB, 1997.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. Estado versus Sociedade Civil: o processo de transição para a democracia na Paraíba (1975-1979). **Prima Facie**, João Pessoa, v. 08, n. 14, p. 57-84, 2009.

MUTZENBERG, Remo. Movimentos sociais: entre aderências, conflitos e antagonismos. **Sinais**, Vitória, v. 01, n. 09, p. 127-143, 2011.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Campinas: Papirus, 1994.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. Práticas educativas e sensibilidades médico-pedagógicas: a educação da saúde bucal e das expressões faciais (Parahyba, 1919-1945). Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, 9, João Pessoa, 2012. **Anais...** João Pessoa: UFPB; HISTEDBR, 2012. (CD-Rom).

PAIVA NETO, Francisco Fagundes de. A Igreja e a reforma agrária no Brejo paraibano (década de 80-90). Simpósio Nacional de História, 23, Londrina, 2005. **Anais...** Londrina: UFPR, 2005. (CD-Rom).

PAULILO Maria Ignez S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 01, p. 229-252, 2004.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 01, p. 77-98, 2005.

PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. Em nome de Deus, dos pobres e da libertação: ação pastoral e política em Dom José Maria Pires, de 1966 a 1980. 2012. **Dissertação** (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MELO, Glória Rabay Heleína. **Gênero, Raça e Etnia**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2003.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se**: feminismo, escrita de si e invenções de subjetividades. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres, Ditaduras e Memórias**: “não imagine que precise ser triste para ser militante”. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2013.



ROSA, Susel Oliveira da. Mulheres *versus* ditadura, latifúndio e misoginia na Paraíba. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 20 n. 39, p. 309-324, 2015.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 02, p. 71- 99, 1995.

SOUZA, Elizeu Clementino de. (Auto) Biografia, Identidades e Alteridade: modos de narração, escritas de si e práticas de formação na pós-graduação. **Revista Fórum Identidades**, Itabaiana, v. 04, n. 04, p. 37-50, 2008.

THAYLER, Millie. Feminismo Transnacional: re-lendo Joan Scott no sertão. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 09, n. 01, p. 101-130, 2001.

**PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA NEGRA E A DECOLONIALIDADE:  
PELA EMERGÊNCIA DE UM DIÁLOGO QUE POSSIBILITE NOVOS  
OLHARES PARA A POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL**

VITÓRIA MOREIRA ROLIM  
Universidade Federal de Campina Grande  
vitoria.moreira@estudante.ufcg.edu.br  
CRISTIAN MATHEUS DA SILVA SOARES  
cristian.matheus@estudante.ufcg.edu.br  
Universidade Federal de Campina Grande  
Orientadora: Rosemere Olímpio de Santana  
rosemere.olimpio@professor.ufcg.edu.br

**Resumo:** O artigo evidencia um filme brasileiro: “Emicida: AmarElo – É tudo pra ontem” (2020), um significativo registro histórico sobre a negritude e seu seguimento na sociedade brasileira. A abordagem embasa-se nos estudos propostos pela teoria decolonial, no que tange às relações étnico-raciais no Brasil tendo como perspectiva o espaço da arte cinematográfica como importante ferramenta em oposição aos discursos eurocêntricos. O objetivo é exprimir através do filme elementos que compõem a atuação negra relacionando aos estudos decoloniais como possibilidades de novas reflexões.

**Palavras-chave:** Cinema; filme; decolonialidade e população negra.